

**O Sinttel-ES chama os trabalhadores no teleatendimento da Dacasa/Promov para uma assembleia em que se discutirá a pauta de reivindicações do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) 2016/2017.**

# Em direito não se mexe! Basta de precarização!

## Assembleia de abertura da Campanha Salarial 2016/2017

O Sinttel convoca os trabalhadores na Dacasa/Promov para discutir os pontos da pauta de reivindicações que será levada à empresa. Chegou a hora (data base) de renegociar o Acordo Coletivo de Trabalho (ACT).

### O que é Acordo Coletivo de Trabalho (ACT)?

É um “contrato” que o Sindicato faz com os patrões estabelecendo “normas” que regem as relações de trabalho. No acordo coletivo ou ACT negocia-se com os patrões (empresas) os reajustes, os benefícios, as regras de segurança e saúde que tanto a empresa, quanto os empregados devem seguir. O documento tem força de lei e vale por um ano, entre uma data base e outra. A data base do ACT na Dacasa/Promov é 1º de novembro.

### O quê reivindicar?

A primeira reivindicação é **aumento real nos salários e a reposição da inflação do período**. Entre o último reajuste, feito em Nov de 2015 e que vale até o dia 30 de outubro de 2016, os salários perderam poder de compra devido a inflação que já está em 8,48%. Falta ainda somar o índice deste mês, outubro. E como a inflação não se negocia, queremos a sua reposição integral.

### O que podemos reivindicar?

Reajustes e aumentos nos salários, nos pisos, no tíquete, no reembolso creche, na hora extra e etc. Podemos modificar o tempo da jornada, das pausas, da licença maternidade e melhorar as condições de

**Quarta-feira, 13/10  
às 12h30min e às 14h30min,  
Auditório do Sinttel-ES  
(Rua Barão de Monjardim, 251  
– Centro - Vitória - ES)**

trabalho, por exemplo. Isso, porém, depende da mobilização dos trabalhadores.

### Aumento real é pra valer

A grande luta dos trabalhadores é por **aumento real**. O Salário Mínimo, por exemplo, foi reajustado em janeiro e passou a valer R\$ 880,00. Teve um aumento de R\$ 11,57%. Portanto, os salários da categoria telefônica precisam ser valorizados, senão daqui a pouco todos mundo tá recebendo o mínimo, que em janeiro de 2017, deveria ser reajustado para R\$ 950,00. Mas o governo golpista usurpador de MiShell Temer quer que seja menor.





## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

### Pra que serve Acordo Coletivo?

Os acordos e convenções coletivas de trabalho são instrumentos legais que garantem reajustes salariais, benefícios e estabelecem direitos e deveres dos patrões com os empregados. Sem esses acordos, acredite!, a exploração seria muito maior. É só olhar para uma categoria que não tem um sindicato forte.

Todo ano, nas datas base (quando vencem os acordos e convenções), o Sinttel discute com os trabalhadores as pautas com as reivindicações que devem ser levadas para a negociação com os empresários.

Só o sindicato pode representar os tra-



balhadores para negociar os acordos. Depois faz reuniões com as empresas e defende os reajustes salariais, as melhorias e necessidades dos empregados.

#### Todo ano a luta recomeça

O papel dos Sindicatos nas renovações dos Acordos Coletivos são importantes. Se não fosse a presença e atuação dos sindicatos, os/as trabalhadores/

as não teriam auxílio-creche, auxílio-alimentação, plano de saúde e a jornada de 36 horas como se tem hoje. É o Acordo Coletivo quem estabelece essas garantias. Se a empresa descumprir, gera multa e você deve denunciar quando ela desrespeita as regras.

### O Sinttel-ES é o seu porto seguro

Quando disserem para você que o Sindicato não vale nada, desconfie!!! Nenhuma empresa gosta de ter o Sindicato por perto e empregados conscientes e engajados. As empresas só respeitam o Sindicato quando este tem trabalhadores sindicalizados. Isso mostra a força e união dos trabalhadores.

Um jeito rápido de você conhecer o sindicato é entrar na página do Sinttel na internet.

Acesse [www.sinttel-es.org.br](http://www.sinttel-es.org.br).

Navegando você fica sabendo das notícias, dos acordos negociados, dos processos jurídicos em andamento, dos convênios que dão descontos para os associados e muito mais.

Para atender aos associados/as, o Sinttel conta com uma sede no centro de Vitória e uma diretoria que acompanham os processos jurídicos, faz homologações, cuida para que as denúncias e as reclamações dos trabalhadores sejam encaminhadas e resolvidas.

O Sinttel é filiado à CUT, a Central Única dos Trabalhadores, e à Fenattel, a Federação Nacional que reúne outros 20 Sintteis em todo o Brasil. É preciso estar antenado às mudanças e unificado para enfrentar os problemas da categoria. Faça-nos uma visita!



#### CANAL DE VOZ

Informativo do Sindicato de Trabalhadores em Empresas de Telecomunicações e Operadoras de Mesas Telefônicas no ES.

Tel.: (27) 3223.4844

Rua Barão de Monjardim, 251, 29010-390 Centro, Vitória – ES

[www.sinttel-es.org.br](http://www.sinttel-es.org.br)

[sinttel@sinttel-es.org.br](mailto:sinttel@sinttel-es.org.br)

Responsabilidade Editorial

A diretoria

Produção: T&T Comunicação e Publicidade Ltda Tel.: (27) 3084-5666

Jornalista: Tânia Trento

(MTE-ES 341/86)



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/10/2016 - Nossa Opinião

### Nossa Opinião – Jantando com abutres

A Câmara dos Deputados aprovou texto base de um projeto, que retira da Petrobras a exclusividade de ser operadora de áreas do pré-sal sob o regime de partilha. Como afirma a Federação Única dos Petroleiros: “ Na semana do seu aniversário de 63 anos, a Petrobrás foi vítima do maior ataque à soberania nacional desde a quebra do monopólio, em 1995. Nesta quarta-feira, 05 de outubro, os aliados do governo Temer na Câmara dos Deputados Federais aprovaram o PL 4567/16, tirando da estatal brasileira a exclusividade da operação do Pré-Sal, que passará agora a ser explorado pelas multinacionais. . . O legado do Pré-Sal – saúde, educação, tecnologia, emprego, renda, desenvolvimento – está totalmente comprometido” .

Outra matéria flagrantemente inconstitucional foi votada em Comissão da Câmara, na semana passada. A PEC 241 estabelece alterações na Constituição Federal congelando pelos próximos 20 anos os gastos sociais. Segundo a Procuradoria Geral da República (PGR), “ as alterações pretendidas são flagrantemente inconstitucionais, por ofenderem a independência e autonomia dos Poderes Legislativo e Judiciário, por ofenderem a autonomia do Ministério Público e demais instituições do Sistema de Justiça e, por consequência, o princípio constitucional da separação dos Poderes” .

10/10/2016 - Convergência Digital

### Acordo com Telefônica afasta Amos Genish das teles no Brasil

Quase duas décadas depois de criar a GVT, o empresário Amos Genish anuncia o fim de seu casamento com o setor de telecomunicações no Brasil. Ao tornar pública a saída do comando da Telefônica/Vivo até o início de 2017, ele admite que tanto por razões contratuais como por preferência própria, não vai mais atuar no segmento.

Ao falar em teleconferência para bancos na manhã desta segunda, 10/10, Genish disse que a saída “ é uma decisão pessoal” e que ele pretende “ ficar mais tempo com a família” . Ele revelou que o anúncio, embora em tratativas internas, foi antecipado porque a informação vazou para a imprensa brasileira – a ideia original era fazê-lo no próximo 25/10, quando a empresa divulga resultados do terceiro trimestre.

“ Eu tinha esse compromisso por conta da aquisição da GVT, mas não tinha uma ‘timeline’ na mente. Vim para fazer

#### Oi e o Fundo Abutre

E a Oi? Qual foi a participação dela na semana passada? O fundo abutre (compra títulos de empresas ou países em situação frágil para obter ganhos financeiros) Elliott Management afirmou que quer investir 10 bilhões de reais na Oi. O governo golpista achou interessante a proposta deste grupo. A direção da Oi nega que existam negociações com este grupo. Alguém acredita no que a direção da Oi afirma?

Só para lembrar, a Oi hoje tem em seu comando os representantes do Grupo Pharol, que levaram a empresa a uma dívida de mais de 65 bilhões de reais; o Fundo Sociéte Mondiale (liderado pelo empresário Nelson Tanure, especialista em enxugar empresas e tirar o máximo para si, como fez com os jornais Gazeta Mercantil e o JB). Só falta agora a entrada deste fundo abutre para enterrar de vez a empresa.

No final de semana, Temer jantou com cerca de 200 parlamentares abutres para votar e aprovar em plenário a PEC 241. O cenário para o país e para as telecomunicações é o pior possível. Na Oi, a única saída, baseada na Lei Geral das Telecomunicações, seria a intervenção . No país, a continuidade de um governo golpista levará a um atraso, de proporções inimagináveis, no campo político, social e econômico. Só nos resta resistir e denunciar toda esta situação.

uma integração bem sucedida, e não sabia quantos anos isso podia durar. Mas no fim deste ano já teremos os elementos-chave da integração. Não pretendi ir além disso” , afirmou.

O executivo disse não ter planos imediatos e que segue na operadora para “ ajudar [o novo CEO] Eduardo Navarro nos próximos meses” . A empresa criou um ‘comitê de estratégia’ que será presidido por Amos Genish e que, segundo explicou, deve tratar de ‘tendências-chave’ e ‘comportamento do consumidor’.

Mas encerrada essa transição, Genish deve mesmo se afastar do mercado de telecomunicações brasileiro. “ É hora de buscar outro destino” , disse. “ Não vou operar com nenhuma outra telco no Brasil. Não pelas pela [cláusula de] ‘não-competição’, mas não quero liderar nenhuma outra tele no Brasil” , completou.





## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/10/2016 - Telesíntese

# “Não acredito em Tele Digital, sem conectividade excelente”, diz Navarro.

Para o futuro presidente da Telefônica, o projeto de médio prazo é acelerar a digitalização da empresa e a oferta de serviços digitais. E isso requer conectividade de muito boa qualidade, para onde devem continuar a ser canalizados os investimentos, na rede móvel 4G e na fibra.

Habitado a desafios profissionais desde jovem, o brasileiro Eduardo Navarro, 53 anos, anunciado ontem presidente da Telefônica Brasil a partir de janeiro de 2017, sabe que vai ter que superar algumas barreiras para dar conta de sua nova missão dentro do grupo onde trabalha há 17 anos e de um setor que se transformou em sua paixão desde meados de 1990.

Mas mostra-se absolutamente tranquilo e otimista. Por dois motivos, explica. Primeiro, porque considera que o atual presidente da empresa, Amos Genish, que assumiu o cargo em março do ano passado com o objetivo de conduzir a fusão da GVT, adquirida pelo grupo Telefônica, com a Vivo, fez um excelente trabalho de gestão, eficiência administrativa, controle de custos e definição de metas.

Em segundo, porque conhece profundamente a cultura da companhia. Ocupou vários cargos no Brasil nas áreas de estratégia regulatória e planejamento e, depois de transferir-se para a Espanha, onde foi galgando postos cada vez mais altos, nunca se desligou do Brasil. Foi do conselho da Vivo, desde junho presidia o Conselho de Administração e sempre foi um “consultor” informal de política regulatória. Afinal, o Brasil é a sua casa.

Nesta entrevista ao Tele.Síntese, Navarro, que atualmente é diretor geral de Comércio Digital da Telefônica S.A., conta um pouco do que pretende fazer e de como vê o cenário do país e do mercado de telecom. Fala de fim de concessão, de concentração de mercado, de destino da Oi.

Tele.Síntese – O mercado precificou negativamente a saída de Amos Genish e sua indicação. As ações da companhia registraram hoje (10) queda de quase 7%. Isso era esperado? Ficou surpreendido?

Eduardo Navarro – Acho que é normal na medida em que Amos Genish é um executivo muito bem avaliado, fez um excelente trabalho à frente da empresa, um trabalho difícil de comandar uma fusão, que exigiu medidas duras, e entregou excelentes resultados acima das metas previstas. Por outro lado, embora eu conheça muito bem o mercado de telecom, o mercado de capitais não me conhece, a não ser por entrevistas. As dúvidas vão se dissipar com o trabalho, com o conhecimento.

Tele.Síntese – E como vai ser a transição? E é normal uma transição de dois meses e meio, com comando duplo?

Navarro – Ficou claro tanto no comunicado do Conselho de Administração da empresa como na conferência de hoje (10) que a decisão de deixar a empresa foi uma decisão do Amos, de cunho pessoal. Achamos que em nome da transparência ao mercado e ao conjunto da companhia era importante trabalharmos esse tempo juntos, pois meu mandato vai ser de continuidade. Meu marco zero será manter todas as práticas de gestão adotadas por Amos que estão sendo bem sucedidas no que se refere a controle de custos, metas, eficiência de processos, seleção de investimentos. A equipe será a mesma. A Telefônica Brasil é a segunda maior empresa do grupo e uma transição desse tipo, de uma gestão bem sucedida, tem que ser cuidadosa. Vamos começar a gestão compartilhada no dia 13 e, a partir daí até o final do ano, vou ficar mais tempo no Brasil do que na Espanha.

Leia mais em:

<http://www.telesintese.com.br/nao-acredito-em-tele-digital-sem-conectividade-excelente-diz-navarro/>

11/10/2016 - Telesíntese

## Termina hoje prazo para credor contestar lista da Oi. Cerca de 80% devem recorrer

A habilitação de crédito, que é o termo jurídico para a contestação da lista apresentada pela empresa de recuperação judicial é comum, porque a lista definitiva é elaborada pelo administrador judicial, afirma a advogada Luciana Nogueira

Termina hoje, 11, às 19 horas, o prazo para que os milhares de credores da Oi contestem a lista apresentada pela Oi no processo de recuperação judicial. Segundo a advogada Luciana Faria Nogueira, do escritório Tozzini-Freire Advogados, é comum em processos tão grandes como esses – no caso da Oi, que envolve uma gigantes-



ca dívida de R\$ 64 bilhões – que cerca de 80% a 90% dos credores ingressem com um pedido de habilitação de crédito junto ao administrador judicial.

Ou seja, quase a totalidade dos credores listados e ainda um punhado dos que não foram listados pela empresa, vão questionar a lista apresentada pela Oi à PriceWaterhouseCoopers, a administradora escolhida pelo juiz, junto com o escritório de advocacia, Arnoldo Wald. Isso porque, afirma Luciana, a relação da Oi, além de conter erros nos preços dos serviços e equipamentos adquiridos, – o que é normal em uma empresa com dívida deste tamanho – perderá o valor para as negociações futuras.

Após esse processo de habilitação de crédito, o administrador judicial terá 45 dias para formular a sua lista, com base nos documentos contábeis e fiscais dos credores e da companhia, checando cada informação.

E será a lista do administrador que passará a ser a oficial para fins de pagamento, explica a advogada.

Ou seja, caberá ao administrador judicial estabelecer, de fato, quanto a Oi deve e para quem deve para as quatro categorias de credores: os trabalhadores; as pequenas e médias empresas; aqueles com garantias

reais (só o BNDES) e os quirografários (sem garantias reais), que é a maioria dos que têm a receber pois aqui integram a relação os bancos estrangeiros, os bancos estatais, a Anatel, os fornecedores, etc.

É claro que depois que a PwC definir a lista, ainda caberá recurso ao juiz responsável pela condução do processo, Fernando Cesar Ferreira Viana, titular da 7ª Vara Empresarial, e a instâncias superiores da justiça.

Mas a contestação da decisão do administrador, conhecida no meio jurídico por “impugnação do crédito”, explica Luciana, corre em paralelo à oferta a ser feita pelos controladores aos credores, pois essa contestação judicial poderá levar anos. E a negociação com os credores tem um prazo determinado por lei.

**O site criado pelos administradores para ajudar a tirar as dúvidas é:**

<http://www.recuperacaojudicialoi.com.br/>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

11/10/2016 - Rede Brasil Atual

# Em tempo de exceção, mundo do trabalho pega a rota do século 19

**"Trata-se de construir um mercado, não uma nação", diz Dari Krein, da Unicamp. Reformas farão país perder "patamar civilizatório", acrescenta a desembargadora aposentada Magda Biavaschi**

O tema do debate era "100 anos de retrocesso" nos direitos trabalhistas, e os três participantes concluíram que, com as reformas em curso, o país caminha para dois séculos atrás, em um ambiente de desproteção social. A desembargadora aposentada Magda Biavaschi, por exemplo, citou iniciativa da Confederação Nacional da Indústria (CNI) para participar de ação no Supremo Tribunal Federal que contesta decisões judiciais limitadoras da terceirização, por causa da Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho – a entidade patronal, diz Magda, afirma que o TST age inconstitucionalmente ao inibir a livre iniciativa. "Se essa decisão prevalecer, é mais um elemento de evidência de que estamos voltando ao século 19, porque a Constituição que fala disso (livre iniciativa) é a de 1891."

Ela também fez referência a recente decisão do Supremo que prevê prisão após condenação em segunda instância. "O STF acabou com o princípio da presunção da inocência, um dos pilares da Constituição", afirma, lembrando da contagem apertada (6 a 5). "Dada a excepcionalidade dos tempos atuais, estamos julgando com convicções e não provas, e isso constitui o Estado de exceção."

Para a atual pesquisadora do Centro de Estudos Sindicais e do Trabalho (Cesit) da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), propostas contidas no programa Uma Ponte para o Futuro, do PMDB, e em documento da CNI para "modernização" da legislação privilegiam a tese do negociado sobre o legislado, com "receituário liberal clássico", também remetendo ao século 19. "Isso significa que o Direito do Trabalho perde espaço como fonte do Direito", diz Magda, apontando, como consequência, perda do "patamar civilizatório" no país.

"A dialética do senhor de escravo não foi superada", diz a desembargadora. "Isso se expressa na flexibilização do conceito de trabalho escravo, na terceirização, no negociado sobre o legislado, na redução da idade mínima de trabalho." Ao comentar a Proposta

de Emenda à Constituição (PEC) 241, aprovada ontem (10) em primeira votação na Câmara, ela destaca o avanço do modelo de Estado mínimo no país e lembra que a mudança legal afetará também as regras de reajuste do salário mínimo, que também terá de ser subordinado à inflação.

"O mais draconiano é que o Tribunal Superior Eleitoral, que tem de fiscalizar a lisura dos pleitos, divulgou uma nova defendendo a PEC. Isso é um escracho às instituições, à sociedade. Ele (Gilmar Mendes, presidente do TSE) pré-julga, incita, utiliza essa instituição pública para convencer a opinião pública de que essa PEC é fundamental."

### Corrosão

Realizado na noite de ontem (10) no Instituto Polis, região central de São Paulo, o debate foi organizado pelo Le Monde Diplomatique Brasil e pela Plataforma Social, com apoio de diversas entidades, como Fórum 21, Fundação Friedrich Ebert, Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) e revista Vaidapé. O sociólogo Ricardo Antunes, da Unicamp, afirmou que o mundo vive seu "momento mais agressivo" desde 1968, no contexto em que se insere o trabalho.

"Esse processo marca a hegemonia do capital financeiro, que é potencialmente destrutivo em toda a sua dimensão", diz Antunes, que identifica o trabalho "em processo de corrosão, destruído em direitos, destituído de qualquer tipo de contratação". Já o Brasil tem hoje, segundo ele, "o Parlamento mais degradante e degradado de toda a história republicana", e um governo "terceirizado" que tem como objetivos centrais "rebaixar o salário a qualquer preço, desmontar a CLT e terceirizar tudo que é possível".

Leia mais em:

<http://www.redebrasilatual.com.br/trabalho/2016/10/em-tempo-de-excecao-mundo-do-trabalho-peg-a-rota-do-seculo-19-8468.html>



## Resumo de Notícias

Produção: T&T Comunicação | Jornalista: Tânia Trento | Tel. (27) 3084-5666 - 99944-0757

10/10/2016 - RBA

# Em vídeo, Povo sem Medo explica a PEC 241: 'Querem que você pague a conta da crise'

Audiovisual que circula nas redes sociais afirma que cortes de gastos impostos pela PEC do teto recaem sobre a maioria dos trabalhadores, enquanto o 1% mais rico permanece com privilégios intactos

"O Brasil é uma festa. Uma grande festa em que só um convidado se diverte, e os outros 99 trabalham". Em vídeo divulgado ontem (9) nas redes sociais e no Youtube, a Frente Povo Sem Medo explica o que está por trás da tentativa de aprovar a Proposta de

Emenda à Constituição (PEC) 241, que estabelece o congelamento de gastos do governo por 20 anos, e afirma que a medida do governo Temer só atende aos interesses do 1% mais rico da população, composto por famílias de empresários, banqueiros e donos de terra.

Narrado pelo escritor e humorista Gregório Duvivier, o vídeo chama o presidente Michel Temer de "homem do golpe" e o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, de "homem dos bancos", e aponta que os limites de gastos impostos pela medida garantiriam recursos para o pagamento dos juros dos títulos da dívida pública que, em sua maioria, estão concentrados em mãos dos mais ricos.

"Essa proposta está sendo festejada pelo andar de cima, onde ficaram algumas famílias de empresários, banqueiros e donos de terra que detêm a maior parte da riqueza do país. São eles o famoso 1%. A PEC do teto é para eles. Eles que ganham com isso. Claro, di-



minui os investimentos sociais e sobram recursos para pagar juros extorsivos da dívida pública, a famosa bolsa-banqueiro."

Baseado em estudo da Fundação Getúlio Vargas, se os cortes pretendidos estivessem valendo em 2015, haveria perdas de R\$

430 bilhões, sendo dois terços desse montante retirado de áreas como educação, saúde, previdência e assistência social, arrastando a conta da crise para o andar de baixo, que representa os demais 99% da população.

"E para o andar de cima, quando é que chega a conta? O 1% só ganha e não paga nada? Como é que ficam os bilhões em impostos sonegados, as grandes fortunas e heranças que nunca foram taxadas e os bancos que enchem os cofres com juros da dívida pública? Não aparecem na solução proposta para a crise que o Brasil enfrenta?"

"Ajuste no bolso dos outros é refresco", alerta a Frente Povo Sem Medo, que conclama a população a ir às ruas contra esses ataques e para exigir que "o andar de cima" pague a conta da crise. "Somos a maioria. Somos os 99%. Faça parte dessa luta."

Assista ao vídeo em:

<https://youtu.be/o640iGbV7mw>